

MOBISERV, Lda.



Comércio & Serviços

Av. Acordos de Lusaka n° 1801

Tel.: +258 21 467553 • Fax: +258 21 465 282

Cell: +258 84 3929740

E-mail: mobiserv@teledata.mz

Maputo - Moçambique



SECRETÁRIA EXECUTIVA
Com armário lateral e bloco
perna com 3 gavetas,
tampo de vidro.



SECRETÁRIA
EXECUTIVA BEECH.



SECRETÁRIA
EXECUTIVA MAHOGANY.

28 Novembro
2014

Sexta-Feira

ANO IV - Edição n.º 932

HORIZONTE
25

Diário Electrónico de Informação Geral

N.º Registo: 08/GABINFO - dec/2010

Director Editorial: Paulo Deves

GERAL: Cel: 827256216 - PUBLICIDADE: 840135802 - Email: horizonte25@tv cabo.co.mz - Av. Ahmed Sekou Touré, n.º 1552 - r/c - MAPUTO



DEPOIS DE DEZ ANOS

**Parlamento aprova Lei
do Direito à Informação**

TROÇO DE 35 QUILÓMETROS

Guebuza inaugura estrada Gurúè/Magige na Zambézia

- O Presidente da República Armando Emílio Guebuza orientou ontem na Vila do Songo, Província central de Tete a cerimónia de graduação no Instituto Superior Politécnico do Songo.

QUELIMANE - O Presidente da República Armando Emílio Guebuza inaugurou a estrada Gurúè/Magige, um troço de trinta e cinco quilómetros na Província central da Zambézia recentemente asfaltadas. Trata-se de um empreendimento iniciado em Setembro de 2010 cujas obras foram financiadas pelo Governo moçambicano e Banco Islâmico do Desenvolvimento no valor de trezentos e doze milhões de meticais.

Falando ontem no acto Armando Guebuza disse que esta estrada vai ter um grande impacto na vida do Povo moçambicano e dos países vizinhos pois será mais fácil com esta estrada escoar os produtos agrícolas para centros urbanos, bem como vai permitir maior mobilidade das pessoas da Província da Zambézia e não só como de todo o país.

Na ocasião Guebuza destacou que a obra vem se juntar a outras consolidando a posição estratégica de Moçambique de ligação com o Malawi, Zâmbia e Zimbabwe, que passam a ter mais alternativas de acesso aos mercados internacionais.

Segundo o estadista moçambicano, o difícil acesso, que desde agora ficou ultrapassado com a conclusão desta infra-estrutura, comprometia a ligação entre o porto de Quelimane com interior e com o Malawi.

"Este é mais um cumprimento do Governo de palavra em resposta aos desejos do povo manifestadas durante as Presidenciais Abertas", disse Guebuza, adiantando que ao longo do corredor Ile/Gurúè/Magige/Cuamba estão actualmente em construção 13 pontes.

No âmbito desta mesma estratégia, segundo fonte da Administração Nacional de Estradas (ANE), estão em curso obras de asfaltagem da estrada que liga a localidade de Magige, na Zambézia, a cidade de Cuamba, na província de Niassa.

Esta iniciativa, segundo Guebuza, vai facilitar o desenvolvimento de várias actividades, in-



cluindo o escoamento de chá, milho, feijões, mandioca e girassol para o mercado de Quelimane e outros.

A obra que hoje foi inaugurada pelo Presidente da República foi executada pelo empreiteiro INGL OB - Construções e que consistiu na asfaltagem de toda a extensão.

Na execução deste empreendimento, de acordo com dados da ANE, foram movimentados 347.306,5 metros cúbicos de terras e construídos seis aquedutos em caixa e 34 circulares.

Nesta empreitada, que durante a execução empregou 326 trabalhadores dos quais 32 do sexo feminino, foram aplicados 77.603 metros cúbicos de pedra, 865 toneladas de cimento e 734.590 litros de betume.

Daniel Patel delegado provincial da Administração Nacional de Estradas (ANE) na Zambézia disse que o troço inaugurado pelo Chefe do Estado moçambicano constitui um grande

alívio para os automobilistas e não só tendo em conta a sua situação em que se encontrava antes das obras.

"Era uma estrada em terraplanada e foi feita uma reabilitação completa que inclui a construção de duas ou três camadas de pavimento em algumas sessões e o revestimento, aquilo que vulgarmente é chamado por asfaltagem. Portanto toda a estrada está asfaltada entre Gurúè e Magige", frisou.


Daniel Patel disse num outro desenvolvimento que a estrada Gurúè/Magige vai ser de grande valia quer para as trocas comerciais quer ainda na movimentação das pessoas.

"Primeiro para as pessoas que circulam habitualmente neste troço para as trocas comerciais, transporte de pessoas e bens entre Gurúè e Magige, mas depois para complementar o grande corredor que parte da EN1 na região de Mapevo, portanto no corredor de Mapevo/Ile, Ile/Gurúè/Magige e principalmente o impacto vai ser maior quando terminar a obra Magige/Cuamba. Portanto vamos ter um corredor completo que sai de Mapevo, Ile, Gurúè, Magige até Cuamba na Província do Niassa", referiu Patel.

O delegado provincial da Administração Nacional de Estradas na Zambézia afirmou ainda que o troço Gurúè/Magige faz parte do corredor Mapevo/Cuamba, que vai ficar completo quando terminar as obras do troço Magige/Cuamba iniciadas em Julho do ano transacto. São obras financiadas pelo Fundo Português orçadas em mais de mil e quatrocentos e cinquenta e um milhões de meticais.

vodacom
MFW
MOZAMBIQUE
FASHION WEEK

04.DEZ A 14.DEZ
CFM.MAPUTO

 /mozfashionweek

WILD
NOW

REPÚBLICA DE PORTUGAL

Edil de Quelimane participa num encontro de negócios em Santarém

QUELIMANE - O presidente do Conselho Municipal da Cidade de Quelimane, Manuel de Araújo, efectuou esta semana de 24 a 26 de Novembro de 2014, uma visita de negócios ao Município de Santarém, Portugal onde participou no III Encontro Internacional de Negócios ao convite da NERSANT Associação Empresarial de Santarém, Portugal.

Na visita, o presidente do Conselho Municipal de Quelimane, fez-se acompanhar por empresários da Cidade de Quelimane e da Província central da Zambézia, onde procuraram estabelecer parcerias de negócios entre Quelimane e Santarém, assim como outras cidades de diversos países.

O III NERSANT Internacional Business Meeting (III Encontro Internacional de Negócios) tinha como objectivos proporcionar a realização de negócios entre os empresários da Região do Ribatejo e os empresários estrangeiros, promover a internacionalização das empresas e dos produtos da região e dar a conhecer aos investidores presentes as potencialidades do Ribatejo, nomeadamente as infra-estruturas de acolhimento existentes, que incluem Centros Tecnológicos, novos Parques de Negócios e escolas profissionais que funcionam em cooperação com empresas e instituições de ensino superior.

No primeiro dia de trabalhos foram realizadas cerca de 600 reuniões de negócio entre os

mais de 100 empresários estrangeiros presentes e os empresários portugueses. A iniciativa conta com 14 países inscritos e é já uma das maiores mostras de networking internacional em Portugal.

A delegação de Quelimane (Zambézia) participou no seminário "Oportunidades de Internacionalização", onde as delegações do Brasil, Colômbia, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Moçambique mostraram as oportunidades de internacionalização nestes países.

Moçambique é dos países africanos menos vulnerável à economia da china

- A agência de notação financeira Moody's considerou há dias que Moçambique, ao contrário de Angola, é um dos países menos vulnerável ao abrandamento da economia da China.

De acordo com o relatório 'Global Sovereigns 2015', esta semana enviado aos investidores e a que Lusa teve acesso, a Moody's considera, Moçambique não está tão exposta à economia chinesa, explicando que é para a Europa que vai a maioria das exportações do país, entre 50 a 70 por cento do total das vendas para o estrangeiro.

A agência nota que os países africanos exportadores de recursos, como Angola, entre outros, "são os mais vulneráveis a um abrandamento maior que o estimado na procura da China ou a uma maior deterioração nos preços das matérias-primas, por causa das suas significativas ligações comerciais à China".

Para além disto, o 'Global Sovereigns 2015' escreve ainda que "uma deterioração do clima económico na China que impeça a sua

capacidade de continuar a investir no estrangeiro seria transmitida aos países em que a China é um forte parceiro em termos de Investimento Directo Estrangeiro (IDE), como a Zâmbia, Nigéria, Angola e África do Sul".

"Para a África subsariana, os riscos emergem devido à ligação à economia chinesa; a análise mostra que os países com mais integração comercial regional têm menos risco do que aqueles que dependem fortemente das exportações de matérias-primas", comentou o vice-presidente e responsável no departamento de crédito na Moody's, Matt Robinson. O responsável sublinha, aliás, que "a importância da China para a África subsariana como destino das exportações subiu ao ponto de estar quase ao mesmo nível dos tradicionais parceiros europeus, reflectindo uma inte-

gração maior e uma quase duplicação da percentagem de África subsariana no comércio global, na última década".

No relatório sobre a evolução da economia dos países a nível soberano, a Moody's afirma esperar que a China cresça entre 6,5 a 7,5%, considerando que o problema não está no valor do crescimento, mas sim nos riscos que surgem "nas bem documentadas fragilidades no sector imobiliário, em determinados sectores da banca e na administração local, e de forma mais potente nas interligações entre eles".

Um abrandamento, concluem, teria implicações que vão muito além dos problemas nacionais, extravasando fronteiras e afectando os países com quem a China tem fortes ligações comerciais.

SINTIHOTS em sintonia para o bem dos trabalhadores

Av. Eduardo Mondlane 1267
Telefax 21- 320409 - CP. 394 | Cells: 82 4315620-82 7690120
E-mail: Sintihots@tvcabo.co.mz

Maputo - Moçambique



DEPOIS DE DEZ ANOS

Parlamento aprova Lei do Direito à Informação

Kamalonda Chissale

MAPUTO - A Assembleia da República (AR) aprovou, esta quarta-feira, em definitivo e por Consenso, o Projecto de Lei de Direito à Informação, um dispositivo que vem regular o exercício deste direito, materializando o princípio constitucional da permanente participação democrática dos cidadãos na vida pública e da garantia de outros direitos fundamentais conexos.



Este Projecto de Lei aplica-se aos órgãos e instituições do Estado, da administração directa ou indirecta, representação no estrangeiro, às autarquias locais, bem como às entidades privadas que, ao abrigo da Lei ou de contrato. Aplica-se, igualmente, a entidades que realizem actividades de interesse geral ou na sua actividade beneficiem de recursos públicos de qualquer proveniência e tenham em seu poder informação de interesse público.

O número 1 do artigo 4 desta Lei, explicita que “o exercício do direito à informação deve respeitar a ordem constitucional, salvaguardando a unidade nacional e a harmonia social, enquanto o número 2 do mesmo artigo explica que “o exercício do direito à informação rege-se, entre outros, pelos princípios seguintes: a) respeito à dignidade da pessoa humana; b) máxima divulgação da informação; c) interesse e domínio público; d) transparência da actividade das entidades públicas e privadas abrangidas pela presente Lei; e) permanente prestação de contas aos cidadãos; f) Administração Pública aberta; g) proibição de excepções ilimitadas; h) promoção do exercício da cidadania; i) permanente participação democrática dos cidadãos na vida pública; e j) simplicidade e celeridade dos procedimentos, legais e regulamentares”. Esta Lei enfatiza no seu artigo 5 (Respeito

pela dignidade da pessoa humana) que o exercício do direito à informação deve salvaguardar outros direitos e interesses protegidos pela Constituição, nomeadamente, o direito à honra, ao bom nome, à reputação, à defesa da imagem pública e à reserva da vida privada do cidadão.

O artigo 13 desta Lei (Direito à Informação) estabelece que “o exercício do direito à informação compreende as faculdades de solicitar, procurar, consultar, receber e divulgar a informação de interesse público na posse das entidades definidas no artigo 3 da presente Lei e o artigo 14 (Legitimidade) sublinha que “1. Todo o cidadão tem direito de requerer e receber informação de interesse público. 2. Podem, igualmente, exercer o direito referido no número anterior as pessoas colectivas e órgãos de comunicação social”.

Já o número 1 do artigo 15 (Acesso à Informação) afirma que o pedido de informação é dirigido ao dirigente ou servidor com competências no domínio de gestão de documentos, informação e arquivos, devendo o requerente identificar-se devidamente, apresentando o tipo de informação que solicita.

O direito de acesso à informação concretiza-se, entre outros mecanismos, através da disponibilização oral, por escrito ou por meios gestuais; reprodução de documen-

tos; declaração autenticada passada pelos serviços; consulta gratuita nos respectivos serviços; e passagem de certidões é o que está plasmado no artigo 18 deste Projecto de Lei.

O artigo 20 (Restrições e limites) deste Projecto de Lei entende que “1. O direito à informação pode ser restringido, condicionado ou limitado quando a informação solicitada tenha sido classificada como segredo de Estado, secreta, restrita e confidencial. 2. Sem prejuízos de outras restrições expressamente estabelecidas em legislação específica, as restrições referidas no número anterior aplicam-se nos seguintes casos: a) segredo de Estado; b) segredo de justiça; c) informação em poder da Administração Pública, recebida sob reserva de confidencialidade no âmbito das relações com outros Estados ou Organizações Internacionais; d) sigilo profissional; e) sigilo bancário, salvo os casos em que legislação específica permite o acesso; f) dados pessoais constantes de ficheiros electrónicos em poder de autoridades públicas ou privadas; g) no âmbito das medidas especiais de protecção de vítimas, denunciantes e testemunhas; h) informação referente à vida e intimidade privada dos cidadãos; i) segredo comercial e industrial; j) segredo relativo à propriedade literária, artística e científica; k) informação relativa a um processo-crime, disciplinar ou de outra natureza, quando a sua divulgação possa prejudicar a investigação em curso e outros princípios constitucionalmente consagrados; l) projectos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos ou relatórios finais de projectos de pesquisa cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.

O Relatório de Votação, na Especialidade, deste Projecto de Lei foi apresentado pelo Presidente da Comissão de Administração Pública e Poder Local, (a 4ª Comissão), o deputado Alfredo Gamito, que na ocasião disse ser um homem feliz pelo facto de o parlamento ter aprovado o dispositivo por consenso.

“Estou muito feliz com a decisão do Plenário. E há uma coincidência muito interessante. É último Projecto de Lei que presido, aprovado por consenso, que coincide com o fim do meu mandato como deputado e da minha vida política activa”, disse Alfredo Gamito, ajuntando que “sai da vida política com sentimento de dever cumprido”.

ATÉ PRÓXIMO ANO

World Vision apoia jovens em várias áreas sociais

- Um milhão de rapazes e raparigas de todo o país deverão receber apoios até 2015 nas áreas da Saúde, Educação, Água e Saneamento providenciado pela Organização Não-Governamental (ONG) World Vision.

NAMPULA - O passo nesse sentido foi dado esta quarta-feira no Distrito de Muecate, Província nortenha de Nampula num fórum de reflexão sobre os Protocolos da Convenção dos Direitos da Criança de que Moçambique faz parte. Na ocasião algumas crianças disseram haver progressos sobretudo na melhoria no acesso à educação.

Os petizes disseram ainda que apesar dos avanços alcançados ainda persistem desafios como por exemplo os casamentos prematuros e a violência contra as crianças. "A nossa principal preocupação tem a ver com a violação sexual das crianças e os casamentos prematuros, falta de água potável e a falta de escolas de construção de raiz pois até o presente momento há crianças que estudam ao relento", realçaram as crianças. Para mudar a situação Eliotério

Finita director para advocacia e protecção da criança na Organização Não Governamental World Vision disse ser necessário fortalecimento de alianças de todos os intervenientes que trabalham em prol do bem-estar da criança.

"É preciso realmente celebrar as conquistas alcançadas pois há muita coisa que foi feita e que continuará a ser feita. Há desafios que nós enfrentámos e sabemos que têm a ver com questões culturais, mas é preciso con-

tinuarmos a trabalhar", Eliotério Finita director para advocacia e protecção da criança na Organização Não Governamental World Vision falando esta quarta-feira no Distrito de Muecate Província nortenha de Nampula no quadro das celebrações do XXV aniversário da Convenção dos Direitos da criança assinalado no dia 20 do corrente mês. O encontro de um dia contou com a presença de membros do Parlamento Infantil, do Governo e da Sociedade Civil.

DISTRITO DE MARRARA

Executivo estuda mecanismos para mitigar roubo de gado

- O Governo do Distrito de Marrara na Província central de Tete estuda mecanismos para o reforço de medidas contra o roubo sistemático nos últimos dias de gado bovino e caprino. TETE – Segundo o chefe da Localidade de Cachembe o roubo de gado bovino e caprino está a preocupar as autoridades locais porque mensalmente são reportados casos do género em diversas localidades do Distrito de Marrara. Francisco Tomás disse que os supostos ladrões praticam esta acção criminosa durante o pasto e nos currais na calada da noite em convivência com alguns residentes que

identificam as comunidades com maior número de criadores. A fonte explicou que os malfeitores usam as vias de Burruma e Matambo para a evacuação de animais roubados para os mercados da Cidade de Tete. O chefe da Localidade de Cachembe revelou que este acto uma viatura que supostamente servia de transporte do gado roubado foi queimada em Cachembe pelos criadores cansados de assistir roubos sistemáticos dos seus animais. "Para reduzir o roubo de gado bovino e caprino temos estado a reunir com os líderes comu-

nitários e criadores com vista a colaborarem como os conselhos de vigilância comunitário porque muitas vezes os ladrões abrem as portas dos currais e tiram os animais", Francisco Tomás, chefe da Localidade de Cachembe no Distrito de Marrara falando sobre as medidas a serem tomadas para conter a onda de roubo sistemático de gado bovino e caprino que se regista nos últimos tempos naquela região da Província central de Tete. O Distrito de Marrara conta com um universo de estimado em vinte e seis mil cabeças de gado bovino e mais de trinta e seis mil caprinos.

REFERENTE A 2013

TA aprova o Relatório e Parecer sobre a Conta Geral do Estado

MAPUTO - Na sequência das sessões plenárias, iniciadas no dia 19 de Novembro do corrente ano, o Tribunal Administrativo aprovou, ontem, o Relatório e Parecer sobre a Conta Geral do Estado (RPCGE) relativo ao exercício económico de 2013. Depois deste acto solene, o Tribunal Administrativo procederá ao envio do documento ao

Parlamento, cumprindo com o estabelecido no número 2 do artigo 50 da Lei n.º 9/2002, de 12 de Fevereiro, que cria o Sistema de Administração Financeira do Estado (SIST-AFE), segundo o qual o Relatório e Parecer do Tribunal Administrativo sobre a Conta Geral do Estado deve ser enviado à Assembleia da República, até ao dia 30 de Novembro do ano

seguinte àquele a que a Conta Geral do Estado respeite. O Tribunal Administrativo é o órgão supremo e independente de controlo externo da legalidade e eficiência das receitas e despesas públicas. A apreciação da legalidade financeira nos processos de julgamento de contas ou fora deles integra a análise da conformidade à lei, bem como da regularidade e correcção da gestão segundo critérios de economia, eficácia e eficiência. Importa referir que a Constituição da República estabelece, na alínea a) do número 2 do artigo 230, que compete ao TA emitir o Relatório e Parecer sobre a Conta Geral do Estado.

FORMAÇÃO DE QUADROS

ISPS e HCB rubricam memorando de cooperação

TETE - O Instituto Superior Politécnico de Songo (ISPS) vai cooperar com a Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB) no domínio da formação de quadros, visando, por um lado, dotar os quadros saídos do estabelecimento de ensino de conhecimentos sólidos e, por outro, auxiliar na consolidação da sua experiência profissional.

Para o efeito, as duas instituições rubricaram esta quarta-feira um memorando de entendimento na Vila de Songo, Distrito de Cahora Bassa, Província central de Tete que estabelece os princípios e as bases formais da futura cooperação entre as partes.

O memorando, cujo período de vigência não foi revelado, foi assinado pelo presidente do Conselho de Administração (PCA) da Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB), Paulo Muxanga, e o director do ISPS, Francisco Viera, na presença de quadros das duas instituições. Ao abrigo do entendimento, a HCB disponibilizará estágios profissionais aos estudantes do

ISPS nos cursos de Engenharia Electrónica, Mecânica e Hidráulica bem como em outras áreas ainda por acordar entre as partes.

A HCB vai patrocinar a publicação de obras dos estudantes e docentes do ISPS; disponibilizar os seus técnicos para o exercício de funções de docência e investigação no ISPS, sem prejudicar as suas actividades normais; contribuir na realização de estudos e projectos de investigação com a prossecução de trabalhos de interesse e gestão do empreendimento de Cahora Bassa entre outros.

Discursando na ocasião, Muxanga disse que o memorando formaliza uma parceria entre

instituições umbilicalmente ligadas, porquanto a HCB é um dos principais beneficiários dos cursos ministrados pelo ISPS.

“O memorando prevê que o ISPS providencie cursos que visem assegurar a qualificação e o desenvolvimento de competências que potenciem o saber-saber e o saber-fazer na vertente hidroeléctrica e outras áreas afins”, disse a fonte.

Muxanga disse ainda que a presente aposta na formação de técnicos altamente qualificados decorre paralelamente com o processo de modernização tecnológica e das infra-estruturas da empresa criando assim, sinergias e complementaridade na prossecução dos objectivos de ambas entidades.

Neste contexto, segundo a fonte, a HCB tem vindo a prestar não só o apoio material ao ISPS, mas também o apoio técnico-científico através da disponibilização de seus técnicos superiores para ministrarem cadeiras nucleares dos cursos ali ministrados e na facilitação de visitas de estudos e de estágios para os estudantes.

MOÇAMBIQUE

Oficiais da polícia reforçam fiscalização de recursos naturais

BEIRA - Estes se irão juntar aos agentes das Florestas e Fauna Bravia colocados nas áreas de conservação e caça desportiva, nomeadamente parques, coutadas, fazendas de bravios e reservas.

Segundo explica o jornal Diário de Moçambique de hoje, trata-se de uma medida que visa a redução da incidência da caça furtiva e destruição da flora, tomada recentemente pelo Gov-

erno moçambicano.

A medida está circunscrita na criação de um programa multisectorial para a protecção dos recursos naturais, disse Bartolomeu Soto, director-geral da Administração Nacional de Áreas de Conservação, citado pelo mesmo jornal.

Soto falava no término da segunda reunião do pelouro, que decorreu em Gorongosa, distrito da província central de Sofala.

Informou ainda que os oficiais da PRM já estão a ser treinados para proteger, lado a lado com 700 fiscais existentes em todo o país, os sete parques nacionais, seis reservas, duas áreas comunitárias, 17 coutadas e 40 fazendas bravias adstritas aos privados. Todavia, o director disse que o ideal para uma fiscalização cerrada, seria pelo menos necessários três mil homens, incluindo meios de comunicação.

DURANTE A QUADRA FESTIVA

Moçambique e África do sul cooperam contra acidentes de viação

Neste momento, os dois países estão a preparar um plano de acção com vista a terem no terreno equipas a partir de meados de Dezembro próximo.

O director nacional de Transportes e Logís-

tica no Ministério moçambicano dos Transportes e Comunicações, Pedro Murreria, citado pelo ‘Notícias’, afirma que um dos principais corredores visados é a Estrada Nacional Número Quatro (EN4), que durante a época festiva regista maior fluxo de

viaturas com destino a Moçambique.

Um dos objectivos que deverá constar do plano é a melhoria das infra-estruturas rodoviárias para condicionar o transporte de passageiros e de carga durante 24 horas o que favorecerá a economia nacional.

PALMA/NAMOTO

Obras de construção e asfaltagem da estrada arrancam brevemente

- Arrancam dentro de algum tempo as obras de construção e asfaltagem da estrada que liga a Vila Sede do Distrito de Palma até à travessia de Namoto na fronteira com a República Unida da Tanzânia.

PEMBA – O ministro das Obras Públicas e Habitação Cadmiel Muthemba é quem revelou o facto à margem da cerimónia de inauguração da estrada Mocímboá da Praia/Palma e Macomia/Oasse, orientada pelo Chefe do Estado moçambicano Armando Guebuza. Na ocasião Cadmiel Muthemba disse que a intenção do Governo é de melhorar as vias de acesso em todo o país para permitir a circulação de pessoas e bens.

“Irá continuar no futuro a obra de Palma até Namoto, sendo este o nosso principal objetivo. Por isso é uma grande satisfação para todos nós pois já podemos nos ligar a toda a extensão do país graças às obras já concluídas ou em curso. A meta é ligar Ponta de Ouro a Negomane ou Ponta de Ouro a Namoto o que será concluído em breve”, disse Cadmiel Muthemba.

Por seu turno o governador da Província de Cabo Delgado Abdul Razak considera que o

melhoramento das vias de acesso constitui um factor indispensável para o desenvolvimento socioeconómico da província de forma particular e do país em geral.

“Com esta obra fica resolvido em parte o problema que a população enfrentava nesta zona. A estrada vai contribuir para variados interesses económicos e sociais de diferentes camadas da nossa sociedade pois as estradas são factores de desenvolvimento de um país. As longas horas de viagem e de

sacrifício para chegar a esta zona no passado já faz parte da história. Os progressos que resultam desta estrada manifestam-se em todos os domínios nomeadamente no Comércio, Comercialização Agrícola, no Turismo e na melhoria da assistência médica”, Abdul Razak governador da Província nortenha de Cabo Delgado falando a jornalistas esta terça-feira após a inauguração das estradas Mocímboá da Praia/Palma e o troço Macomia/Oasse.

TRANSPORTES RODOVIÁRIO

Terminal mista vai ser construída no Município de Boane

- A Província de Maputo poderá contar a partir do próximo ano com terminal mista de transportes rodoviários.

MAPUTO – Trata-se de uma infra-estrutura que vai agregar as terminais provincial inter-provincial e internacional de passageiros e que será erguida no Município de Boane. A proposta deste anti-projecto foi esta quarta-feira apresentada e aprovada pelo Governo da Província de Maputo no decurso da XVIII Sessão Ordinária do órgão.

De acordo com Sêrgia Langa director provincial dos Transportes e Comunicações em Maputo, com a vinda da terminal será melhorada o transporte de pessoas e bens nesta

parcela do país.

“Nós acreditámos que com a implantação desta infra-estrutura maior parte dos terminais que temos um pouco por todos os bairros será reduzida ficando as essenciais, mas a maior parte terá o seu ponto de partido nesta terminal oficial. Houve recomendações naquilo que é a reestruturação do próprio projecto até por causa dos custos envolvidos vamos trabalhar em parceria com o consultor para equilibrar os custos, inclusive algumas questões técnicas precisam de ser revistas.

Agora teremos que fazer uma apresentação segundo aquilo que foi a recomendação junto ao município”, Sêrgia Langa director provincial dos Transportes e Comunicações de Maputo e o projecto da terminal mista do transporte rodoviário de Maputo.

Outras notas de actualidade na Província de Maputo, indicam que o Governo provincial reuniu ontem em sessão extraordinária para fazer o balanço das actividades desenvolvidas pelo sector da administração pública durante o ano prestes a terminar.

Estamos comprometidos em oferecer-lhe **Dentes Mais Fortes**

Você irá sair do nosso consultório com vontade de dar dentadas em tudo gostoso que lhe aparecer pela frente!

Marque connosco!

Av. Francisco G. Magalhães, Nº 423 Maputo | Telefone 21 988 3012 | Cel 92 002 1580 | 04 000 3000 | Email clinicasaestdnto.co.mz



mais
reabilitação oral
...é mais saúde.

ALÉM DA RETÓRICA

Necessárias estratégias comunitárias comprovadas para combater o HIV/Sida

- Para a MSF, iniciativas devem ser pautadas pelas necessidades das pessoas que vivem com o vírus.

O pedido do ONUSIDA para que se preencham as lacunas no que diz respeito ao acesso a serviços voltados para HIV não será atendido a menos que a oferta de tratamento anti-retroviral (TARV) seja radicalmente remodelada, com base em abordagens voltadas para as comunidades que estejam adaptadas às realidades das pessoas que vivem com HIV, alerta a organização humanitária internacional Médicos Sem Fronteiras (MSF), às vésperas do Dia Mundial de Luta contra a Sida (1 de Dezembro).



ampla gama de estratégias comunitárias para aproximar o tratamento das casas das pessoas. A separação da necessidade de uma consulta clínica anual e do acesso ao reabastecimento de comprimidos diários diminui a quantidade de tempo e dinheiro necessários para se ter acesso a medicamentos. Também demonstrou uma retenção de mais de 90% dos pacientes estáveis nos cuidados oferecidos com base em diferentes modelos na África do Sul, Malawi, Moçambique, Zimbábwe e Quênia.

Em Moçambique, a MSF em parceria com o Ministério da Saúde (MISAU) estabeleceram o modelo comunitário de cuidados denominado Grupos de Apoio e Adesão Comunitária ao tratamento TARV (GAAC) em 2008, na Província de Tete, cuja adopção como diretiva nacional pelo MISAU está em curso e a ser implementada em diferentes partes do país.

Os principais actores que poderiam contribuir para implementação dessas soluções não são promovidos, apoiados nem financiados activamente. Por exemplo, os conselheiros leigo que trabalham com HIV/TB nem sempre são reconhecidos e financiados nos países com recursos humanos escassos. Mais do que quaisquer outros tratamentos longos, HIV e

TB precisam de apoio psicossocial sustentável para acompanhar os pacientes no tratamento. Em Moçambique, há 501 conselheiros leigos que estão a trabalhar nas unidades sanitárias para apoiar diariamente os pacientes para que sejam aderentes e continuem no tratamento. Entretanto, há necessidade de mais de 1800 conselheiros no país até 2015 para aumentar o acesso ao tratamento. Apesar da recomendação da OMS reconhecer a delegação de tarefas médicas, ainda não há enquadramento oficial para conselheiros dentro do quadro do Sistema Nacional de Saúde. Não houve alocação de financiamento para salário dos conselheiros na nova proposta de doação do Fundo Global de TB, Sida e Malária, um dos principais doadores em Moçambique.

Além disso, o reabastecimento insuficiente de medicamentos (uma vez por mês por pessoa) reduz muito os benefícios dessas estratégias para os indivíduos. Os governos receiam entregar o poder e as responsabilidades aos próprios pacientes sobre a gestão da sua própria condição crónica, limitando a possibilidade da distribuição de medicamentos, bem como os testes de HIV, nas comunidades "Modelos comunitários sugerem comunidades fortes, emponderadas e totalmente engajadas de pessoas vivendo com HIV e organizações da sociedade civil. No entanto, continuamos a observar a redução dos financiamentos destinados a essas comunidades, enfraquecendo ainda mais o foco no paciente e o engajamento na luta contra o HIV. Esse é o elemento que falta na resposta actual", conta Amanda Banda, Coordenadora de Advocacia de HIV da MSF para região da África Austral.

Em Moçambique, há muitas organizações da sociedade civil focadas na comunidade e na capacitação de doentes, o financiamento está disponível teoricamente mas o processo de obtenção desses fundos é muito complexo. Os modelos comunitários requerem flexibilidade dos sistemas de saúde e não há um modelo que se adapte a todos os sistemas. Pessoas vivendo com HIV deveriam ter a oportunidade de decidir como adaptar o seu tratamento diário às suas vidas, para que o sistema de saúde e a organização dos serviços os ajudem, ao invés de prejudicá-los. A MSF pede aos governos que adaptem a sua resposta às necessidades e demandas dos seus cidadãos afectados, e que os parceiros internacionais apoiem e financiem essas estratégias pró-activamente.

A experiência do terreno da MSF e de outras organizações demonstrou que abordagens comunitárias que facilitam o acesso aos anti-retrovirais (ARV) e são menos custosas constituem estratégias essenciais para manter mais pessoas em tratamento do HIV, o que contribui para reduzir a transmissão. Tais abordagens são endossadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo ONUSIDA, mas a sua implementação em larga escala permanece bloqueada pela dificuldade de aceitação de uma mudança de paradigma que empodera as comunidades como parceiras, ao invés de simplesmente beneficiárias de serviços de saúde.

"A ampliação efectiva do tratamento do HIV não acontecerá se as coisas continuarem a ser feitas da mesma forma. Mas a retórica actual não incorpora totalmente as estratégias eficientes, que se provaram efectivas há anos", afirma Eric Goemaere, Conselheiro de HIV/Sida da região África Austral.

Desde 2007, a MSF e outras organizações foram pioneiras na implementação de uma





*Festas Felizes
Frescas e Minerais*

CIDADE DE MAPUTO

Direcção do Trabalho suspende Jomofi Construções por violar a Lei do Trabalho

MAPUTO - Várias visitas de fiscalização, levadas a cabo pela Inspecção-Geral do Trabalho (IGT), durante a semana passada, a nível da Cidade de Maputo, no prosseguimento do controlo de legalidade laboral e observando o plano de actividades do sector, resultaram na suspensão de actividades da empresa Jomofi Construções, por violação da legislação laboral vigente no país.

Na mesma campanha as autoridades da IGT suspenderam o exercício de actividades no território nacional a vários cidadãos estrangeiros que se encontravam a trabalhar ilegalmente em algumas empresas. Nos estabelecimentos fiscalizados foram detectadas várias infracções, tendo sido lavrados autos de notícia e advertências, em que se destacaram a falta de observância da lei, por parte da empresa Jomofi Construções, do ramo de construção civil, mais concretamente sobre o estipulado pelo Regulamento Geral de Segurança e Higiene do Trabalho, aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 48/73, de 5 de Julho, relativamente à falta de equipamento de protecção individual e colectivo dos trabalhadores, nomeadamente o fardamento, calçado de trabalho, luvas, máscaras respiratórias, bem como a inexistência de

instalações sanitárias, perigando a saúde e a vida dos trabalhadores.

A Inspecção do Trabalho, ainda na empresa Jomofi Construções, detectou o uso de água imprópria para o manuseamento humano, tirada directamente da vala de drenagem para a construção, facto que obrigou aos inspectores a tomarem uma medida de execução imediata, destinada a prevenir o perigo iminente de vida ou integridade física dos visados.

Para o efeito, a IGT suspendeu, imediatamente, as actividades da empresa, tendo fixado um prazo de 30 dias para reparação das infracções detectadas, cuja reabertura carecerá de uma vistoria para aferir o grau de cumprimento das recomendações deixadas, a ser feita pela IGT na Cidade de Maputo.

No mesmo período, foram suspensos vários

trabalhadores, de diferentes países, que se encontravam ilegalmente em Moçambique. Tais foram os casos de Henriques Artur Alves, de nacionalidade portuguesa, contratado pela empresa Jomofi Construções, Shramain Norton e Dean Lance Masher, ambos de nacionalidade sul-africana, ao serviço da empresa Norco Moçambique, Lda, Chanfeng Qiam e Huibo Zhu, de nacionalidade chinesa, surpreendidos em situação ilegal na empresa Liga Têxtil, bem como os cidadãos Xiagzhong Lin, Qiu Youlucum, Pingshi Shi e Chongfeng Cong, todos de nacionalidade chinesa, trazidos ilegalmente pra trabalhar na empresa Xiang Xinag, Lda.

Todos estes trabalhadores estrangeiros foram contratados em violação do estatuído no n.º 1 do artigo 2, do Regulamento Relativo aos Mecanismos e Procedimentos para a Contratação de Cidadãos de Nacionalidade Estrangeira em Moçambique. Para além da suspensão dos visados, sobre as empresas que protagonizaram estas contratações ilegais correm os devidos trâmites processuais, visando a sua responsabilização, de acordo com a legislação laboral, podendo sofrerem multas previstas nesse contexto.

MITRAB forma empresas sobre elaboração de regulamentos internos

O Ministério do Trabalho (MITRAB), através do Instituto dos Estudos Laborais "Alberto Cassimo" -IELAC, leva a cabo, de 1 a 12 de Novembro do ano em curso, na Cidade de Maputo, uma acção de capacitação em matérias laborais orientada para os parceiros sociais, particularmente os de pequenas e médias empresas, cujo arranque está previsto para às 8:00h de Segunda-Feira próxima, nas instalações do IELAC, localizadas na cave do antigo edifício do MITRAB.

O curso enquadra-se numa série de iniciativas idênticas levadas a cabo pelo IELC, no âmbito das suas actividades de execução do plano de formação e capacitação do MITRAB,

tendo em vista munir e actualizar os parceiros sociais de ferramentas para o exercício pleno da sua actividade profissional, através de novas técnicas de trabalho, face à actual dinâmica do mercado do trabalho do país.

Durante as cerca de duas semanas que durarão o curso, os participantes abordarão matérias sobre a Metodologia para a elaboração do Regulamento Interno da Empresa, a Higiene e Segurança no Trabalho (HST), a Metodologia para a elaboração do Regulamento de Carreiras Profissionais, a Formação em Prevenção e Resolução de Conflitos Laborais, bem como a Formação em legislação laboral.

De frisar que o Instituto dos Estudos Laborais "Alberto Cassimo", uma instituição do ensino já realizou seminários de consulta sobre a proposta de revisão do seu currículo, em todo o país, nomeadamente a revisão do seu curso de Economia de Trabalho, de forma a adequá-lo às necessidades do mercado de trabalho, no quadro do modelo de reforma preconizado pelo Governo, na área do Ensino Técnico Profissional e Vocacional.

A revisão consiste, basicamente, na transformação do actual modelo, assente em disciplinas, num modelo modular, assente em competências profissionais e orientado para a procura do mercado do trabalho.



«Deseja informação sobre o Governo de Moçambique, onde e como encontrar serviços públicos? Acede ao portal do Governo da República de Moçambique através de www.portaldogoverno.gov.mz»



INSS oferece equipamento hospitalar ao Centro de Saúde da Ka-Tembe

MAPUTO - O Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), Delegação da Cidade de Maputo, procedeu ontem, Quinta-Feira, 27 de Novembro, à entrega de uma geleira hospitalar, ao Centro de Saúde do Distrito Municipal da Ka-Tembe, no âmbito do programa de Acção Sanitária e Social do INSS.

O artigo 102 do Regulamento da Segurança Social Obrigatória, aprovado pelo Decreto nº 53/2007, de 3 de Dezembro, prevê a concessão de prestações não pecuniárias às famílias dos beneficiários, a luta contra os efeitos das calamidades e endemias, a participação em instituições públicas ou privadas, agindo no domínio sanitário ou social,

beneficiando a população abrangida pelo sistema.

Foi neste contexto e no cumprimento das suas actividades para o presente ano que a Delegação do INSS na Cidade de Maputo, identificou a referida unidade hospitalar, tendo em consideração a necessidade irreversível do material a ser oferecido amanhã.

A oferta visa, essencialmente, colmatar as dificuldades encontradas por aquela unidade sanitária na conservação de sangue e outros materiais de grande utilidade hospitalar local, sobretudo tendo em conta o aproximar da quadra festiva de fim do ano, período o qual aquele líquido vital para o ser humano tem sido mais procurado.

A cerimónia de entrega daquele instrumento hospitalar foi presidida por um membro do Conselho de Administração do INSS e contou igualmente com a presença de membros do Governo da Cidade e do Distrito Municipal, com destaque para o director de Saúde da Cidade de Maputo, para além quadros do INSS e convidados.

PRESENTE ANO

Zambézia luta para ultrapassar meta de empregos

QUELIMANE - A Província central da Zambézia está confiante no cumprimento das metas estabelecidas, em matéria de criação de postos de trabalho, durante o ano ora a caminhar para o fim, partindo da leitura dos números de oportunidades de emprego que tem vindo a registar em diferentes sectores de actividade.

Para o ano de 2014, o Governo provincial estipulou a criação de 25.732 postos de trabalho como meta, sendo que mais que metade deste universo já foram criados ainda durante o primeiro semestre do ano em curso, facto que adensa a convicção de que a meta é alcançável, tendo em conta a entrada em funcionamento de muitos empreendimentos e

iniciativas económicas com alto teor laboral. Na semana finda, por exemplo, foram gerados 49 empregos, todos através de investimentos privados, em que 17 candidatos conseguiram emprego por via de colocações do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP) e os outros 32 por via de admissões directas nas empresas.

Em relação à formação profissional, Zambézia tem vindo a privilegiar parcerias público-privadas, ministrando cursos com facilidades de mercado localmente. Nesse contexto, o Centro de Formação Profissional de Quelimane tem tido uma dinâmica mais abrangente no que diz respeito à inserção de beneficiários dos cursos no Mercado.

Presentemente, estão em andamento diversos cursos, nomeadamente nas especialidades de secretariado executivo, refrigeração, electricidade instaladora, pedreiro de construção civil, pintura de construção civil, canalização, mecânica contabilidade e de corte e costura. Durante este período, notou-se um aumento no que diz respeito a criação de emprego através do INEFP.

No total estão a ser formados 56 beneficiários, divididos em secretariado executivo, com 26 candidatos, refrigeração 4, Electricidade instaladora 6, pedreiros de construção civil 1, pintor de construção civil 6, canalização 4, mecânica 3, contabilidade 4, corte costura 1 e serralharia mecânica 1.

DN CENTER LDA



Seu computador está te deixando louco?

Vamos até sua residência ou empresa e resolvemos o problema no local

Mais de 15 anos de experiência!

Computadores - Notebooks - Roteadores - Etc.
Recuperação de dados perdidos no disco ou flash recover file

Estamos na Rua Consiglieri Pedroso N°246 R/C
Email: geraldncenter@gmail.com | Cell: 842495386, 877789071
Maputo-Mocambique

Governo reduz em sete bilhões de reais dividendos de estatais para 2014

- O secretário do Tesouro, Arno Augustin, confirmou que a equipa económica reduziu, de 24,5 bilhões para 18,5 bilhões de reais, a previsão de recursos das empresas para o ano.

Um dos principais instrumentos do governo para garantir o ajuste fiscal neste ano, os dividendos de estatais deverão render ao Tesouro Nacional sete bilhões de reais a menos que o previsto. O secretário do Tesouro, Arno Augustin, confirmou que a equipa económica reduziu de 24,5 bilhões para 18,5 bilhões de reais, a previsão de recursos das estatais em 2014.

De acordo com o secretário, a revisão para baixo dos dividendos, está englobada na redução de 38,4 bilhões de reais das estimativas das receitas da União para este ano, divulgada na última sexta-feira (21) pelo Ministério do Planejamento. A redução das receitas e o aumento de despesas fez o governo reduzir de 80,7 bilhões para 10,1 bilhões de reais a meta de superávit primário – economia para pagar os juros da dívida pública – em 2014. Augustin evitou comentar se a situação da Petrobras, sob investigações de esquemas de corrupção, interferiu na redução das es-

timativas dos dividendos. Ele negou que a contabilidade das companhias estatais tenha sido levada em consideração pelo governo. “O Tesouro periodicamente avalia se os dividendos podem ser trazidos mais cedo ou não para o caixa do governo. É isso que fizemos no relatório”, explicou. Os dividendos são a parcela dos lucros que as empresas repassam aos accionistas. No caso das estatais federais, o Tesouro Nacional, o maior accionista dessas companhias, recebe a maior parte dos dividendos, mas pode optar por deixar o dinheiro nas empresas caso não haja necessidade de

caixa. No ano passado, os dividendos reforçaram o caixa do Tesouro em 17,1 bilhões de reais, principalmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES), com sete bilhões, e a Caixa Económica Federal com quatro bilhões de reais. De Janeiro a Outubro deste ano, o pagamento de dividendos somou 17,8 bilhões de reais, dos quais 9,1 bilhões de reais do BNDES, 3,9 bilhões de reais da Caixa e dois bilhões de reais da Petrobras. O secretário do Tesouro também confirmou que o governo reduziu em dois bilhões de reais a previsão de receitas com os leilões da telefonia 4G para ajustar as projecções com o resultado da concorrência. As empresas vencedoras do leilão, realizado no final do mês de Setembro, terão de desembolsar 9,92 bilhões de reais, mas o governo ficará com 5,43 bilhões de reais, conforme anunciou na época o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

1º SEMESTRE DE 2015

Sector de máquinas vê cenário de fraqueza

- Nos dez primeiros meses deste ano, houve queda de 15,5% nas receitas do sector sobre o mesmo período de 2013.

A facturação bruta da indústria de máquinas e equipamentos no Brasil recuou 11,7% cento em Outubro ante mesmo mês de 2013, dando continuidade a um cenário de fraqueza que deve se estender para o primeiro semestre de 2015, informou nesta quarta-feira a associação que representa o sector, Abimaq. A indústria apurou a facturação bruta no mês passado de 6,53 bilhões de reais. No acumulado dos dez primeiros meses deste ano houve queda de 15,5% nas receitas do sector sobre o mesmo período de 2013, a 58,69 bilhões. A perspectiva da Abimaq é que a facturação encerre 2014 com queda nominal de 10%, apesar de um esperado avanço de 10% nas exportações, puxado pela

demanda dos Estados Unidos. “Os dados são muito ruins, porque é uma queda pelo terceiro ano consecutivo. O Brasil vai ter o terceiro ano de redução na formação bruta de capital fixo, (...) independente da nova equipa económica, não vai crescer de forma sustentável nos próximos anos”, disse o director de competitividade da Abimaq, Mario Bernardini. Na sua avaliação, o cenário recessivo será mantido no primeiro semestre de 2015, ainda mais porque os juros devem continuar subindo. “Se o governo apertar o freio e arrumar a casa, (a facturação) pode começar a subir no segundo semestre. Mas isso é mais um desejo que uma realidade” disse Bernardini. Na comparação de Outubro com Setembro, a facturação do sector registou avanço de

6,9%. Mas o movimento foi causado principalmente pelo efeito da recente desvalorização do real ante o dólar. Embora Bernardini não considere o actual patamar do câmbio suficiente para uma melhoria mais expressiva na competitividade do sector, ele espera um aumento na participação de mercado de produtos nacionais sobre os estrangeiros no consumo aparente. Em Outubro, o consumo aparente de máquinas e equipamentos no país caiu 14,9 por cento na comparação anual, 9,64 bilhões de reais. As exportações somaram 1,05 bilhão de reais, uma queda de 4,4% ante Outubro do ano passado. Já as importações recuaram 18% na mesma base comparativa, a 2,41 bilhões de reais.

DIZ ESTUDO

Brasil dá salto na sobrevivência a cancro da mama e próstata

O Brasil deu importantes saltos nas taxas de sobrevivência de cancro da mama e próstata, segundo estudo publicado nesta quarta-feira na edição online do periódico especializado *The Lancet*. O estudo mapeou diversos tipos de tumores em 67 países e quantas pessoas sobreviviam a eles cinco anos após o seu diagnóstico.



A partir de dados de diagnósticos e óbitos analisados em sete cidades brasileiras, abrangendo cerca de 80 mil casos, concluiu-se que a percentagem de sobrevivência de pacientes com cancro da mama subiu de 78,2% entre 1995 e 1999 para 87,4% entre 2005 e 2009 (dados mais recentes). O índice se assemelha ao de alguns países desenvolvidos.

Na análise de pacientes de cancro de próstata, a sobrevivência aumentou de 83,4% em 1995-99 para 96,1% em 2005-09.

"Isso parece indicar uma melhoria na qualidade do tratamento e um aumento na detecção precoce dessas doenças no país", disse à BBC Brasil Gulnar Azevedo e Silva, co-autora do artigo do *Lancet* e pesquisadora e professora associada do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. "Mostra que o Brasil melhorou muito na atenção a alguns tipos de cancro."

No entanto, os dados analisados por Azevedo no mesmo período sugerem uma piora nas taxas de sobrevivência a outros tipos mais letais - e de diagnóstico mais difícil - de cancro, como estômago (índice caiu de

33% para 25%), fígado (de 16% para 11,6%) e leucemia em adultos e crianças (de 34,3% para 20,3% e de 71,9% para 65,8%, respectivamente).

Para a especialista, isso pode não necessariamente significar que os brasileiros estão a morrer mais dessas doenças, mas que ficou mais fácil o acesso aos dados de mortalidade analisados pelo estudo entre 1995 e 2009.

"Acredito que, antes, muitos desses casos, ainda que letais, não eram registados como casos de cancro e portanto nós (pesquisadores) não tínhamos como identificá-los. Portanto, essas percentagens podem não ser totalmente comparáveis", diz.

"Mas também parece não ter havido uma melhoria no acesso ao diagnóstico e ao tratamento. Não é um problema só daqui - os índices foram semelhantes noutros países da América Latina."

No Chile e em Cuba, por exemplo, as taxas de sobrevivência a cancro de estômago são de 18% e 26,2%. Mas o índice chega a ser bem mais alto em alguns países desenvolvidos: no Japão, ela sobe para 54%, mais que o dobro da taxa brasileira.

Para Azevedo, o país precisa manter o foco na detecção precoce dos tumores e investir para que a qualidade do tratamento dos cancros se torne mais igualitária nas diversas partes do país.

Disparidades no mundo

O estudo, o maior mapeamento internacional já feito para analisar a sobrevivência de 11 tipos de cancro, envolveu cerca de 26 milhões de casos em 67 países, mas concluiu que os dados de sobrevivência de pacientes ainda são escassos.

Uma das principais conclusões, a partir dos dados existentes, é que existe uma grande disparidade entre países na eficiência de sistemas de saúde em diagnosticar e tratar as doenças. Isso faz com que cancros sejam muito mais letais em alguns países do que em outros.

"A sobrevivência em cinco anos de crianças com leucemia aguda linfoblástica é de menos de 60% em diversos países, mas chega a 90% no Canadá e em quatro países europeus, o que indica grandes deficiências na gestão de uma doença altamente curável", diz o levantamento.

No Brasil, a taxa de sobrevivência dessa doença foi de 65,8% até 2009.

"As comparações de tendências internacionais revelam diferenças muito amplas de sobrevivência que provavelmente podem ser atribuídas a diferenças no acesso a diagnósticos precoces e tratamento ideal", prossegue o texto.

"A continuidade da observação da sobrevivência ao cancro deve se tornar uma fonte indispensável de informação para pacientes e pesquisadores e um estímulo para políticos, que devem melhorar leis e sistemas de saúde."

Por um lado, o estudo afirma que "o fardo global do cancro está a crescer, particularmente em países de renda baixa e média", que têm de "implementar estratégias efectivas de prevenção" com urgência e pensar, no longo prazo, em estratégias de prevenção.

Por outro, houve melhorias consistentes na sobrevivência de pacientes de cancro de próstata, intestino e mama em diversos países do mundo.

Já os tumores malignos de fígado e pulmão continuam sendo letais no mundo inteiro, com taxas de sobrevivência ainda baixas (no Brasil, cerca de um terço dos pacientes sobrevive após cinco anos).

Unesco atribui título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade à roda de Capoeira

Dança, luta, símbolo de resistência e uma das manifestações culturais mais conhecidas no Brasil, a roda de capoeira recebeu o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Dança, luta, símbolo de resistência e uma das manifestações culturais mais conhecidas no Brasil, a roda de capoeira recebeu, quarta-feira (26), o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Após votação durante a 9ª Sessão do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, em Paris, a roda de capoeira ganhou oficialmente o título.

A presidenta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Jurema Machado, presente na sessão do comitê, explicou que as políticas de patrimônio imaterial não existem apenas para conferir títulos, mas para que os governos assumam compromissos de preservação de seus bens culturais, materiais e imateriais.

“O reconhecimento representa um tributo à capoeira como manifestação cultural importante que durante séculos foi criminalizada, além de dar visibilidade internacional. Além disso, reconhece que o Brasil tem políticas públicas

para cuidar do seu patrimônio cultural”, disse Jurema em entrevista à Agência Brasil.

Segundo ela, um bem registado como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade garante mais respaldo ao governo para apoiar, com recursos públicos, iniciativas de preservação do bem cultural, com o incentivo à transmissão do conhecimento e a formas de organização dos capoeiristas. A roda de capoeira é reconhecida como patrimônio cultural pelo Iphan desde 2008.

No dossiê de candidatura, o Iphan enumerou uma série de ações para difundir a modalidade e propõe medidas de salvaguarda orçadas em mais de R\$ 2 milhões, como a produção de catálogos e encontros. O documento destacou que o registro vai favorecer a consciência sobre o legado da cultura africana no Brasil e o papel da capoeira no combate ao racismo e à discriminação. O dossiê lembra que a prática chegou a ser considerada crime e foi proibida durante um período da história. Hoje, a capoeira é praticada em muitos países.

“O reconhecimento da roda de capoeira pela Unesco é uma conquista muito importante para a cultura brasileira. A capoeira tem raízes africanas que devem ser cada vez mais valorizadas por nós. Agora, é um patrimônio a ser mais conhecido e praticado em todo o mundo”, destacou, em nota, a ministra interina da Cultura, Ana Cristina Wanzeler.

Além da presidente do Iphan, a diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI-Iphan), Célia Corsino, diplomatas da Delegação do Brasil junto à Unesco e capoeiristas brasileiros também acompanharam a votação, entre os mestres Cobra Mansa, Pirta, Peter, Paulão Kikongo, Sabiá e Mestre Janja.

Segundo o Ministério da Cultura, o Iphan deu apoio aos capoeiristas para fazer amplo inventário dos grandes grupos de capoeira e mestres no Brasil e ajudou-os a instalar comitês estaduais distribuídos pelo país. Neles, capoeiristas podem formular reivindicações e compromissos relacionados à salvaguarda e à promoção dessa manifestação cultural.

Com o título, a prática cultural afro-brasileira reúne-se agora ao Samba de Roda do Recôncavo Baiano (BA), à Arte Kusiwa-Pintura Corporal (AP), ao Frevo (PE) e ao Círio de Nazaré (PA), também reconhecidos como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Agência Brasil





“É nosso, não é? Por que raio está a jogar lá e não aqui, Van Gaal?”

Nani foi o assunto mais debatido na noite de terça-feira no Twitter do Manchester United. José Fonte e Brian Deane confirmam que em Inglaterra estão doidos com o extremo.

Mais um jogo na Champions e mais um golo de Nani, o quarto em cinco partidas disputadas na Liga dos Campeões. O de terça-feira frente ao Maribor foi amplamente divulgado, especialmente em Inglaterra, devido à sua ligação com o Manchester United. A Sky Sports elegeu o golo do internacional português como o melhor da noite, ao mesmo tempo que milhares de adeptos dos red devils inundaram o Twitter oficial do clube com

frases de incentivo ao jogador de 28 anos que nesta temporada foi cedido ao Sporting. As exibições do Manchester United esta época ainda não convenceram os adeptos do emblema de Old Trafford, que reclamam por causa da saída de jogadores, como Nani. “Aquele rapaz é nosso, não é? Por que raio está a jogar no Sporting e não aqui, Van Gaal?”, lia-se num dos milhares de twits na rede social dos red devils.

As exibições de Nani pelo Sporting não estão a passar ao lado de ninguém, como revela ao DN o central José Fonte, do Southampton. “Aquilo que posso dizer é que na Inglaterra estão muito atentos ao que o Nani faz, em especial na Champions League. É onde conseguimos acompanhar melhor. Nos jornais vem recorrentemente que o Manchester pretende reavê-lo em Janeiro. Pode ser especulação, mas ele está a fazer uma grande temporada e tem-se notado essa atenção ao trabalho que ele está a fazer”, começou por salientar o internacional português, referindo que o trabalho de Louis van Gaal no Manchester United tem sido bastante criticado também devido às saídas de alguns jogadores.

FUTEBOL INTERNACIONAL

Nem Liga dos Campeões, nem Liga Europa para o Benfica

O Benfica está fora das competições europeias 2014/15. Depois da derrota em São Petersburgo, que marcou o “adeus” à Champions, o AS Mónaco afastou as águias da Liga Europa.

Acabou a época europeia do Benfica. Poucas horas depois de a equipa de Jorge Jesus ter perdido por 1-0 com o Zenit, surge a confirmação de que nem à Liga Europa as águias conseguirão ir.

O AS Mónaco, de Leonardo Jardim, Ricardo Carvalho, Bernardo Silva e João Moutinho venceu por 1-0 em Leverkusen, golo do argentino Lucas Ocampos, aos 72 minutos, resultado que confirma que o Ben-



fica vai terminar o Grupo C em último lugar.

A recepção do Benfica ao Bayer Leverkusen, a 9 de Dezembro, servirá apenas para cumprir calendário, pois as águias já não conseguirão o terceiro lugar, que valia a “quedá” para a Liga Europa.

O Bayer Leverkusen, apesar da derrota, está apurado, com nove pontos. Seguem-se, no agrupamento, o AS Mónaco, com oito pontos, e o Zenit, com sete, o que significa que Leonardo Jardim e Villas-Boas vão discutir directamente uma vaga nos “oitavos”.

O Benfica tem quatro pontos e já não escapa a uma das piores épocas europeias da sua história.

MOÇAMBIQUE

Copa 2M apoia o crescimento do Futebol de Praia

- Melhores jogadores da Copa 2M irão participar nas eliminatórias africanas de acesso ao Campeonato do Mundo de Futebol de Praia.

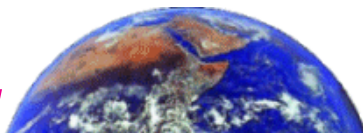
MAPUTO - A Copa 2M continua a agitar a praia da Costa do Sol, em Maputo, com grandes jogos e muita animação. O torneio tem como objectivo contribuir para o desenvolvimento do desporto nacional, em particular do futebol de praia, trazendo nesta segunda edição muitas novidades.

Os melhores jogadores da Copa 2M 2014, seleccionados pelo corpo técnico da Federação Moçambicana de Futebol, que tutela a modalidade, vão ter a oportunidade de participar nas eliminatórias africanas de acesso ao Campeonato do Mundo de Futebol de Praia.

De forma a profissionalizar, cada vez mais, a competição e a modalidade em Moçambique, as equipas participantes no torneio estão filiadas na Associação de Futebol da Cidade de Maputo. “Pela primeira vez discutiu-se a modalidade em Assembleia Geral da Federação Moçambicana de Futebol, criando-se uma Comissão Nacional de Futebol de Praia que entre outras actividades, monitoriza os jogos que estão a decorrer, avalia as performances dos jogadores e detecta novos talentos. Adicionalmente, a Copa 2M promoveu um curso de arbitragem específica para futebol de praia de forma a

alavancar o rigor e o profissionalismo dos árbitros no Torneio”, afirmou Aurélio Matias, presidente da Comissão Nacional de Futebol de Praia.

José Moran, director comercial da CDM acrescentou que “para além de promover a prática do desporto, que tem benefícios directos para a saúde, e promover o convívio entre entusiastas da modalidade, a 2M, marca patrocinadora do evento, pretende apoiar o futebol de praia para que seja encarado com a devida seriedade em Moçambique e para que exista reconhecimento oficial da qualidade das equipas e jogadores”.



PARA PRATICAR PEDOFILIA

Padres que pregavam 'amor livre' chocam Espanha

- "Boa tarde filho, sou o padre Jorge". "Não conheço nenhum padre Jorge", respondeu o interlocutor. "Filho, acalme-se, aqui é o papa Francisco".

Essas são as palavras que um atônito jovem escutou ao telefone. Ele havia escrito uma carta ao argentino Jorge Bergoglio meses antes, para denunciar anos de supostos abusos por parte de um grupo de religiosos da diocese de Granada, no sul da Espanha.

O escândalo foi noticiado pelos sites de Internet espanhóis, atraindo cada vez mais atenção estrangeira. O próprio papa se referiu à polêmica na terça-feira (25).

Até o momento, três sacerdotes católicos e um professor de religião foram detidos.

"Eu li a sua carta e escrevi ao bispo dizendo que ele comece uma investigação", explicou o papa na terça-feira.

"Recebi essa notícia com grande dor, com uma dor muito grande, mas a verdade é a verdade e não podemos escondê-la", disse.

Mas qual é a trama em cuja investigação o papa se envolveu pessoalmente?

O clã dos Romanones

Acusações de escândalos sexuais, abusos de autoridades eclesíásticas, detenções, heranças duvidosas, segredos e um grupo com sobrenome aristocrático: "os Romanones".

Os ingredientes são de um romance de intriga, crime e suspense. Mas não é ficção.

Daniel (nome fictício) tem 24 anos e há alguns meses denunciou — em uma carta dirigida ao papa — que entre os 13 e os 18 anos foi



submetido a constantes abusos por parte de um grupo de sacerdotes católicos, os "Romanones".

O jovem, membro da organização católica Opus Dei e professor universitário, entrou em contato com os sacerdotes investigados quando era coroinha na paróquia de San Juan María Vianney, localizada num bairro de Granada.

Segundo o seu depoimento, a rede seria comandada por um dos detidos, o padre Román M.V.C (de quem deriva o nome do clã) e reali-

zaria actos sexuais em diversas de suas propriedades na província de Granada.

Ele afirmou que os religiosos justificavam suas práticas sexuais com a frase: "o amor é livre, eleva o espírito".

Vítimas

As acusações recaem sobre dez sacerdotes e dois laicos. Não se sabe exactamente quantos meninos e meninas podem ter sido vítimas do grupo, que supostamente

atraía os jovens conquistando sua confiança ou afastando-os de suas famílias.

Daniel disse que decidiu fazer a denúncia principalmente por não saber a extensão da rede e quantas pessoas foram vítimas dela. Ele acrescentou não querer que as pessoas que arruinaram sua infância façam o mesmo com outros meninos e meninas.

Encorajado pelo respaldo do papa, Daniel apresentou uma denúncia formal perante a Fiscalização Central de Andaluzia, em Outubro.

AMAZÓNIA

Analistas criticam falta de transparência nos dados sobre desmatamento

- Especialistas abordados pela BBC Brasil avaliaram como positiva a queda da taxa de desmatamento na Amazônia, mas acusaram o governo de agir com pouca transparência na divulgação dos dados oficiais.

Nesta quarta-feira, o governo anunciou uma redução de 18 por cento nas taxas de desmatamento na chamada Amazônia Legal entre Agosto de 2013 e Julho deste ano.

A Amazônia Legal é uma área que engloba nove Estados brasileiros pertencentes à Bacia amazônica.

O anúncio coube à ministra do Meio Ambiente, Izabela Teixeira, que comemorou o facto de o índice ser o segundo menor desde 1988, quando começou a ser realizado o levantamento com dados do sistema Prodes (Projecto de Monitoria

do Desmatamento na Amazônia Legal).

Na avaliação de especialistas abordados pela BBC Brasil, embora positivos, os dados não devem ser amplamente comemorados.

"É uma boa notícia, especialmente diante dos dados de 2013", disse Paulo Adário, estrategista sênior de florestas do Greenpeace, em referência ao índice do Prodes divulgado no ano passado, quando houve um aumento de 29% em relação a 2012.

"Mas não comemoramos desmatamento. É preciso ter em mente que foram desmatados 4.848

km² (mais de três vezes o tamanho da cidade de São Paulo), são milhões de árvores".

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, no mesmo período de 2013, foram desmatados 5.981 km² da Amazônia Legal — daí a queda de 18%.

Para Beto Veríssimo, pesquisador sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), que também monitora o desmatamento, "a estimativa do Prodes é relativamente positiva, mas é bom lembrar que a taxa deste ano é do que a de 2012, quando foram desmatados cerca de 4,5 mil km² da floresta."